



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO  
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL

**Ata da 2ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF**

A 2ª reunião do Conselho Consultivo do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF), instituído pelo art. 41 da Lei nº 11.284/2006 e regulamentado pelo Decreto nº 7.167/2010, ocorreu em Brasília, no dia 15 de dezembro de 2010, no Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal do Serviço Florestal Brasileiro, contando com a presença dos seguintes membros:

- Alcides Luiz do Nascimento – CONTICOM;
- Cássio Trovatto – MDA;
- João de Deus Medeiros – MMA;
- Marcus Vinicius da Silva Alves – SFB;
- Maria das Graças Queiroz Maurício – SEBRAE; e
- Rogério Luiz Rodrigues – ANAMMA;

Além dos membros, a reunião contou com a presença dos seguintes participantes:

- Roseley Silva de Oliveira – SEBRAE;
- João Paulo Sotero – SFB;
- Marcelo dos Reis – SFB;
- Marco Giovanni Clemente Conde – SFB;
- Pedro Paulo Fonseca – SFB; e
- Lidiane Rocha de Oliveira Melo – SFB.

A reunião foi aberta pelo **Sr. Marcus Vinicius** que agradeceu a presença dos membros e ressaltou a importância de se analisar o regimento interno do respectivo conselho com o intuito de identificar alternativas para a questão da falta de quórum regimental. A ausência de um membro comprometeu o quórum mínimo necessário para deliberações, mas isto não deveria comprometer a análise do PAAR. Diante da situação, solicitou aos participantes para acordarem o procedimento necessário para que os demais membros tivessem acesso a minuta do documento e pudessem manifestar posteriormente sobre sua aprovação.

Na sequência foi feita uma rodada de apresentações dos participantes, seguida de uma exposição da pauta pelo **Sr. Marco Conde** e de sua aprovação por unanimidade dos membros presentes:

- Balanço das chamadas do FNDF em 2010;
- Exposição da proposta do Plano Anual de Aplicação Regionalizada para o ano de 2011 (PAAR/2011);
- Outras estratégias de fomento do SFB; e
- Apreciação e deliberação do PAAR 2011.

Em observância ao primeiro tema da pauta, o **Sr. João Paulo Sotero** fez uma apresentação sobre o histórico das Chamadas Públicas do FNDF de 2010, descrevendo o cronograma estabelecido para a consecução das atividades, os temas de cada chamada, a quantidade de projetos recebidos – que totalizaram 69, sendo 49 classificados e 21 selecionados para receber apoio em função dos recursos disponíveis.

O **Sr. Rogério Rodrigues** questionou quanto seria destinado para cada projeto. Foi esclarecido que o objetivo das chamadas era apenas caracterizar demandas e beneficiários, sem envolver repasse de recursos diretamente, uma vez que não se trata de convênio. O SFB promoverá um processo licitatório, na modalidade pregão, para contratar uma instituição para prestar os serviços requisitados. Essa dúvida foi compartilhada pelo **Sr. Cássio Trovatto** e pela **Sra. Maria Maurício**.

Em relação à pesquisa de preço realizada para cada chamada, as propostas foram:

- Chamada 1/2010 - Fortalecimento da produção de sementes de espécies florestais nativas para a restauração florestal da Mata Atlântica na região Nordeste: não recebemos propostas, mas fizemos contatos com pessoas que trabalham na área e chegamos ao valor aproximado de R\$ 220.000,00;
- Chamada 2/2010 - Fortalecimento da produção de mudas de espécies florestais nativas para a restauração florestal da Mata Atlântica na região Nordeste: aproximadamente R\$ 400.000,00;
- Chamada 3/2010 - Fortalecimento do manejo florestal sustentável da Caatinga junto a assentamentos no estado do Piauí: aproximadamente R\$ 280.000,00; e
- Chamada 4/2010 - Fortalecimento do manejo florestal comunitário e familiar nas Reservas Extrativistas da região Norte: aproximadamente R\$ 1.080.000,00.

O **Sr. Marco Conde** esclareceu que a necessidade de se ter uma instituição pública ou privada sem fins lucrativos como proponente é uma exigência legal e que possibilita a participação de eventuais beneficiários não formalizados. Ademais, a contratação é positiva, na medida em que não se tem que trabalhar com convênios, que costumam ser menos eficientes.

O **Sr. Cássio Trovatto** teme a contratação de uma empresa para ofertar serviços sem conhecer bem a comunidade e a demanda. Contudo, o **Sr. Marco Conde** informou que haverá checagens dos fornecedores para comprovar sua capacidade técnica e também, posteriormente, os beneficiários serão orientados a auxiliar no acompanhamento da qualidade dos serviços prestados.

A **Sra. Maria Maurício** também questionou o papel do proponente. O **Sr. Marco Conde** explicou que ele caracteriza a demanda e acompanha a prestação do serviço. Então, ela cogitou a hipótese de o proponente concorrer no pregão e não ganhar, o que poderia gerar atritos entre o proponente e a instituição vencedora. No entanto, o **Sr. Marco Conde** acredita que se trata de um processo para agregar conhecimentos e que ambos podem se beneficiar da parceria. O **Sr. João Paulo Sotero** ressaltou que a vencedora pode ser desqualificada, caso não preencha os requisitos técnicos exigidos no edital.

O **Sr. Cássio Trovatto** informou que o MDA está desenvolvendo um cadastro para instituições que prestam assistência técnica e salientou que é importante integrar as ações de manejo florestal com as atividades rurais e recomendou a unificação desses cadastros.

O **Sr. Rogério Rodrigues** fez uma intervenção acerca da necessidade de as RESEXs terem plano de manejo aprovado para fazer projetos madeireiros. O **Sr. Marco Conde** ressaltou que há um beneficiário selecionado e que já tem o plano aprovado, mas que também seria possível apoiar outros na elaboração de um plano de manejo. Explicou, ainda, que depois de aprovado o plano, é preciso aprovar o POA anualmente e a assistência técnica vai ajudar nisso. O ideal seria ofertar também um curso de gestão de negócios para que as comunidades tivessem

capital de giro para se autofinanciar. Os bancos ainda têm resistências em financiar essas atividades. Entretanto, isso é um gargalo para ser trabalhado no futuro.

O **Sr. Cássio Trovatto** acredita que é preciso fortalecer a demanda florestal por meio de um canal intergovernamental com o desenvolvimento rural.

Após, iniciou-se a exposição sobre o segundo tema da pauta, o PAAR-2011, no qual foi abordado:

A capacitação dos extensionistas para manejo junto às populações tradicionais e agricultura familiar, bem como para a restauração na Mata Atlântica seria feita à distância, podendo ter um módulo presencial. Para a Caatinga e Mata Atlântica, ainda não há uma parceria para construir o módulo presencial. O requisito é primeiro participar à distância para só então poder fazer o módulo presencial.

O **Sr. João de Deus** anunciou que o CONAMA acabou de aprovar uma nova resolução, ainda não publicada, sobre a metodologia para recuperação florestal. Ela traz orientações básicas para se atingir o objetivo de forma eficiente. O **Sr. Marco Conde** elogiou a medida, uma vez que essa resolução será a base de qualquer procedimento. Alertou, contudo, que, no caso da Mata Atlântica, é mais complexo adotar um procedimento único, na medida em que as atividades são variadas.

O **Sr. João de Deus** sugeriu a alteração no PAAR – 2011 do termo restauração por recuperação, uma vez que aquela pressupõe o retorno ao estágio original, o que é muito difícil. A sugestão foi acatada.

O **Sr. Marco Conde** propôs a inclusão do bioma Cerrado no PAAR – 2011, sugerindo um concurso de boas práticas para agregar as instituições que já trabalham no Cerrado. Seriam 4 categorias:

- Produção, manejo e extrativismo;
- Redes e estratégias de comercialização;
- Planejamento integrado da paisagem em propriedades rurais e assentamentos; e
- Iniciativas governamentais de apoio à produção sustentável no Cerrado.

Com relação ao 3º tema, a **Sra. Maria Maurício** citou a *slow food*, como exemplo. Questionou, ainda, se as 4 categorias seriam lançadas ao mesmo tempo. O **Sr. Marco Conde** respondeu que sim. O **Sr. Cássio Trovatto** sugeriu utilizar a rede de televisão do MDA para divulgar. O **Sr. João Paulo Sotero** lembrou que o dia do Cerrado é 11 de setembro e que seria interessante que a premiação ocorresse nesse dia.

Com relação à forma de premiação, o **Sr. Marco Conde** disse que ainda está em formulação, entretanto ponderou que a premiação em dinheiro talvez não seja o mais importante.

Por fim o **Sr. Marco Conde**, apresentou a terceira estratégia de apoio pelo FNDF, relacionada à operacionalização de um programa de bolsas a profissionais pós-graduados, que promova a disponibilização de recursos humanos especializados a iniciativas de desenvolvimento florestal na Amazônia e na Caatinga, entretanto, destacou a falta de recursos por parte do SFB para implementar as bolsas. A **Sra. Maria Maurício** indagou qual seria a atuação do especialista: se ele ficaria elaborando teses a partir da prática observada ou se ele de fato contribuiria com seus conhecimentos para melhorar a prática. O **Sr. Marco Conde** acredita ser possível englobar as duas coisas, mas que o principal é que ele aplique os seus conhecimentos à prática. A atuação deve ser principalmente na ponta, afinal, muitas instituições não têm acesso a especialistas e seria interessante para ambos casar a teoria com a prática. Contudo, é preciso que o especialista indique em qual instituição deseja trabalhar, com a concordância desta, para que não haja choques culturais. Um problema é que o CNPq exige, como pré-requisito, um vínculo com alguma Instituição Científica e Tecnológica

(ICTs). Todavia, é preciso avaliar até que ponto isso é positivo para não engessar.

Para o **Sr. João de Deus**, o maior desafio é conseguir com que esse especialista se desligue do mundo acadêmico, mas que esse procedimento é uma inovação que pode ser muito positiva. Ele compartilha da dúvida do **Sr. Marco Conde** se ter um vínculo com um ICT é vantajoso.

O **Sr. Marco Conde** visualiza isso como uma forma de trazer farmacêuticos, químicos, engenheiros, dentre outros, para atuar, por exemplo, junto a comunidades em uma Floresta Nacional Reserva Extrativista, o que pode colaborar positivamente para com a agregação de valor e com a gestão da produção nessas comunidades.

No tocante aos recursos disponíveis, o **Sr. Marco Conde** informou que:

- R\$ 800.000,00 virão da concessão de Jamari: Esse valor é suficiente para o curso e concursos, mas não para as bolsas;
- Reverter saldos não aplicados: essa previsão da Lei de criação do Fundo é de difícil implementação, por depender de créditos adicionais e ampliação de orçamento e limites orçamentários, entretanto é possível recuperar essa arrecadação passada, que gira em torno de R\$ 4 milhões; e
- Articulação com outros parceiros.

Passando ao terceiro tema da pauta, outras iniciativas de fomento do SFB, o **Sr. Marco Conde** destacou seis atividades:

- Desenvolvimento Florestal nos polos madeireiros das concessões florestais;
- Parcerias com fundos estaduais e municipais, no âmbito da Rede Brasileira de Fundos Socioambientais;
- Apoio ao manejo florestal comunitário e familiar (assistência técnica e capacitação);
- Capacitação para o manejo florestal pelo CENAFLORE;
- Guia do Financiamento Florestal; e
- Operacionalização do crédito destinado ao manejo.

Quanto ao último, foi dito que é preciso produzir índices operacionais para os projetos de manejo florestal para que os analistas dos bancos consigam compreender os projetos e aumentar o volume de financiamentos.

Ao final, foram feitas as seguintes considerações e recomendações ao texto do PAAR – 2011:

O **Sr. Cássio Trovatto** indagou o motivo de na Amazônia a área de atuação ser restrita e nos outros biomas geral. O **Sr. Marco Conde** alegou que se trata de questão operacional. É preciso focar onde já temos presença.

A **Sra. Maria Maurício** sugeriu juntar o primeiro e o segundo temas do PAAR. Adaptações foram realizadas no texto, para indicar o tema junto à sua estratégia, o que contou com a concordância de todos os presentes.

O **Sr. Alcides Nascimento** manifestou sua preocupação com relação à qualificação da mão-de-obra, acidentes de trabalho, bem como trabalho escravo em madeireiras. Questionou como se daria a fiscalização.

O **Sr. Marco Conde** respondeu que será dada qualificação aos extensionistas e que eles terão conhecimentos em segurança do trabalho. Lembrou, ainda, que o próprio SFB possui um manual de segurança do trabalho. Quanto ao trabalho escravo, admitiu não ter sido pensado, uma vez que o público alvo são grupos familiares e comunitários, contudo considerou necessária a inclusão desse tema nas capacitações.

O **Sr. Cássio Trovatto** colocou em dúvida se a expressão disseminação de boas práticas seria adequada, ou se seria disponibilização, o que ficou para se verificar posteriormente com especialistas.

Encerradas as discussões, o PAAR-2011 foi colocado em votação, tendo sido aprovado, com as modificações supracitadas, pela unanimidade dos membros presentes.

Finalizadas as discussões, ficou como encaminhamento:

- Enviar o PAAR-2011 para os demais membros, de modo que eles possam se manifestar sobre a aprovação do plano, por via eletrônica, uma vez que o quórum não foi atingido.

Não havendo mais temas a serem deliberados, foi registrado que as reuniões de 2011 ocorrerão nos meses de fevereiro para avaliar as Chamadas de 2010 e outra em dezembro para submeter o PAAR – 2012. Salientou-se, ainda, a necessidade de estreitar a parceria com os membros do Conselho Consultivo. Em seguida, houve o encerramento da reunião com o agradecimento a todos pela participação.

Subsídios e documentos disponibilizados na reunião:

1. Apresentação sobre o balanço das Chamadas;
2. Minuta do PAAR – 2011 ;
3. Regimento Interno do Conselho Consultivo do FNDF;